

CONTRATO GEGM Nº 005 /2013.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RECIFE, ATRAVÉS DO GINÁSIO DE ESPORTES GERALDO MAGALHÃES - GEGM, E A EMPRESA CINZEL ENGENHARIA LTDA., NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADA.**

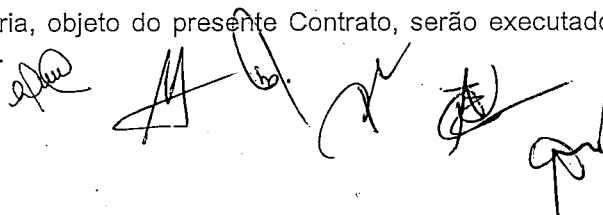
O **MUNICÍPIO DO RECIFE**, entidade de direito público interno, sediado na Av. Cais do Apolo, nº 925, Palácio Prefeito Antônio Farias, no bairro do Recife, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.565.000/0001-92, através do **GINÁSIO DE ESPORTES GERALDO MAGALHÃES - GEGM**, Autarquia Municipal, criada pela Lei nº 10.275/70, situada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, s/nº, Imbiribeira, Recife/PE, CEP: 51.150-000, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.030.772/0001-92**, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, Sr. **PAULO CABRAL DE OLIVEIRA**, brasileiro, professor, casado, portador da cédula de identidade nº 1.221.294 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 153.279.654-49, e seu Gerente Administrativo, Financeiro Sr. **EDNEI NAZÁRIO DE ANDRADE**, brasileiro, servidor comissionado, casado, portador da cédula de identidade nº 4.113.290 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.664.294-69, ambos residentes e domiciliados nesta cidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **CINZEL ENGENHARIA LTDA.**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 08.059.768/0001-42**, Inscrição Estadual nº 0083944-23 e Municipal nº 085.335-6, com sede na Rua São Miguel, nº 1080, Afogados, Recife/PE, CEP: 50.850-000, neste ato representada pelo seu Diretor Superintendente, o Sr. **ARTUR DA SILVA VALENTE**, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador da cédula de identidade nº 912.938 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.901.624-15, residente e domiciliado na Av. Beira Rio, nº 302, Aptº 1301, Ilha do Retiro, Recife/PE, CEP: 50.450-400 e seu Diretor Comercial, Sr. **CARLOS MANUEL TAVARES D'OLIVEIRA**, brasileiro, economista, solteiro, portador da cédula de identidade nº 598.072 SSP/PE, inscrito no CPF/MF nº 000.706.104-87, residente e domiciliado na Rua Antônio Lumack do Monte, nº 203, Aptº 1303, Edf. Imperial Suíte, Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51.020-350, doravante simplesmente denominada de **CONTRATADA**, acordam e celebram o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA** de acordo com o **PROCESSO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2013 CPL/GEGM (RE-RATIFICAÇÃO)** e com a lei federal nº 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo expendidas, a que livremente aceitam, outorgam e se obrigam a cumprir por si e por seus sucessores:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a execução, pela **CONTRATADA**, das obras e serviços de engenharia concernentes à **reforma e ampliação do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães - GEGM**, tudo de conformidade com as condições estabelecidas no processo licitatório referente à **CONCORRÊNCIA Nº 001/2013 (RE-RATIFICAÇÃO)**, na proposta da **CONTRATADA** e Planilha descritiva dos serviços, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços de engenharia, objeto do presente Contrato, serão executados em regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.



### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos alocados para realização do objeto desta licitação são oriundos da fonte 242 (Recursos de Convênio), dotação orçamentária nº 4401.27.812.1.226.2.529, elemento de despesa nº 4.4.90.51, sub-elemento de despesa nº 2.

### CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

I – O prazo de execução dos serviços será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após a emissão da Ordem de Serviço pelo GEGM;

II – O prazo de vigência do contrato será de 425 (quatrocentos e vinte e cinco) dias, visando a execução dos eventos previstos contratualmente para o período imediatamente posterior ao termino dos serviços;

III – O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior 05 (cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser emitido por comissão designada pela autoridade competente

### CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela total execução dos serviços, objeto deste Contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor Global de **R\$ 34.243.730,64** (trinta e quatro milhões duzentos e quarenta e três mil setecentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos), em parcelas mensais apuradas através de Boletins de Medição Mensal e de acordo com a Planilha de Quantidades e Preços Unitários, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura relativa aos serviços efetivamente executados, devidamente atestados pela Fiscalização da Gerência de Engenharia e Manutenção do **CONTRATANTE**, bem como, comprovação do recolhimento das obrigações fiscais e sociais já exigíveis.

§ 1º As medições mensais que abrangerão os serviços efetivamente executados nos últimos 30 (trinta) dias deverão ser elaboradas pela fiscalização até o último dia útil de cada mês.

§ 2º O pagamento fica condicionado à apresentação, pela **CONTRATADA**, do original e entregar cópia dos seguintes documentos:

- a) Guia de Recolhimento da Previdência Social – GRPS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, correspondente às obrigações sociais referentes ao pessoal empregado na execução dos serviços e obras, objeto deste Contrato, relativa ao mês de competência anterior ao pagamento, devidamente quitada; e
- b) Folha de Pagamento relativa ao pessoal empregado na execução dos serviços e obras, objeto deste Instrumento, correspondente ao mês de competência anterior ao do pagamento.

§ 3º O pagamento do valor contratado será efetuado mensalmente, mediante apresentação dos respectivos Boletins de Medição devidamente aprovados, da Nota Fiscal/Fatura (depois de aceitos os serviços pela fiscalização realizada pela Gerência de Engenharia e Manutenção do **CONTRATANTE**, que conferirá e atestará a sua execução em conformidade com o cronograma físico-financeiro), no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** contados a partir da data de aprovação das respectivas faturas pela fiscalização;

§ 4º Os Boletins de Medição conterão as quantidades de serviços efetivamente executados em períodos sucessivos de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, coincidindo a data de início do primeiro período com a data da emissão da Ordem de Serviço, e serão aprovados pela fiscalização do **CONTRATANTE**;

§ 5º O pagamento dos serviços de mobilização e desmobilização será realizado mediante a comprovação da distância efetivamente realizada e atestada pela Fiscalização da Gerência de Engenharia e Manutenção do **CONTRATANTE**.

§ 6º O prazo de pagamento de execução dos serviços/obra será contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do **CONTRATANTE**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), conforme a seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times i$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Numero de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela a ser paga

i = Índice de compensação financeira assim apurada:

$$i = (TX/100)/30$$

TX = Índice de Preço ao Consumidor Ampliado – IPCA da Fundação Getúlio Vargas.

A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

§ 8º Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de nota de correção, não devendo ser computado esse intervalo de tempo, para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratado;

§ 9º No caso de criação de encargo novo ou modificação das alíquotas dos atuais, bem assim nas demais hipóteses previstas nos arts. 57, 58 e 65 da Lei 8.666/93, serão revistos os preços dos serviços, de forma a adequá-los a essas modificações para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

§ 10 Os serviços extras/excedentes somente poderão ser executados mediante autorização prévia da **CONTRATANTE**:

I – Se estiverem previstos em tabelas de referência legítimas, devem ser pagos considerando-se o deságio entre o preço global orçado pela administração e o preço global da proposta vencedora, o chamado fator "K";

II – Em relação aos serviços extras não tabelados, a proposta de preços apresentada pela empresa **CONTRATADA** deverá observar a mesma Taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) verificada na proposta de preços vencedora da licitação, e apenas quando tais propostas sejam aceitas pela Administração, os serviços poderão ser realizados, aplicando sobre eles o fator "K". Deverá a Administração, ainda, proceder a estudos que demonstrem que ditos preços correspondem ao preço de mercado, e tais estudos deverão fundamentar o ato administrativo que os aceite;

III – Eventuais serviços excedentes deverão ser pagos de acordo com os preços unitários constantes da proposta vencedora, carecendo de específica autorização do **CONTRATANTE** e, ainda, devendo-se aferir se os acréscimos solicitados pela **CONTRATADA** redundaram, ou não de eventual erro de projeto, de modo a se observarem as regras protetivas do erário.

§ 11 Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades e obrigações advindas da execução dos serviços prestados, nem implicará em aceitação dos serviços em desacordo com o previsto no edital e seus anexos.

§ 12 A Gerência de Engenharia e Manutenção do **CONTRATANTE** poderá sustar o pagamento da nota fiscal/fatura, nos seguintes casos:

- I – Paralisação dos serviços por parte da contratada, até o seu reinício;
- II – Execução defeituosa dos serviços até que sejam refeitos ou reparados;
- III – Existência de qualquer débito para com o **CONTRATANTE**, até que seja efetivamente pago ou descontado de eventuais créditos que a **CONTRATADA** tenha perante o **CONTRATANTE**;
- IV – Existência de débitos de obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato, até a sua regularização perante os órgãos competentes;
- V – Existência de débitos de natureza fiscal para com as fazendas federal, estadual e municipal;
- VI – Não atendimento de qualquer obrigação contratual ou exigências da Fiscalização da Gerência de Engenharia e Manutenção do **CONTRATANTE**.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

Os preços contratuais serão reajustados com periodicidade anual, ou seja, após o transcurso de 12 (doze) meses, tomando-se por base o mês de apresentação da proposta, na mesma proporção da variação do custo da construção fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, para os contratos de Obras e Serviços de Engenharia. O valor do reajuste será calculado com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC. Os montantes dos pagamentos serão reajustados na forma da lei com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = P_o \times \frac{(I_1 - I_o)}{I_o}$$

Sendo:

R = Valor do reajuste;

P<sub>o</sub> = Preços propostos;

I<sub>1</sub> = Índice de preços apurados pela FGV referente ao mês do aniversário da proposta;

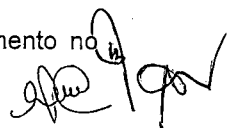
I<sub>o</sub> = Índice de preços apurados pela FGV referente ao mês do orçamento de referência.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

Para assegurar o cumprimento da execução do contrato, a licitante vencedora, antes da assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação, prestará garantia de execução do objeto desta licitação, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global da sua proposta, podendo a licitante, alternativamente, optar por qualquer das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º, da Lei Nº 8.666/93, respeitado o valor acima e observando-se:

I – A fiança será prestada por entidade financeira, devendo constar no seu instrumento, entre outras condições, a renúncia expressa pelo fiador, ao benefício do art. 827 do Código Civil Brasileiro.

II – O seguro-garantia consistirá na emissão de apólice por entidade seguradora em funcionamento no



Brasil, em favor do Município do Recife.

§ 1º A garantia de que trata o *caput* desta cláusula, ou seu saldo, somente será restituída à licitante vencedora após o fiel cumprimento do contrato.

§ 2º A garantia deve ser firmada por um prazo mínimo igual ao prazo de contrato acrescido de 30 (trinta) dias, sendo a mesma e o respectivo prazo estendidos em caso de prorrogação do contrato.

§ 3º Se o valor da garantia for utilizado para pagamento de qualquer obrigação, penalidade ou indenização, a terceiros ou ao **CONTRATANTE**, decorrentes da execução do contrato, a contratada se obriga a efetuar o reforço ou a reposição da garantia, no prazo máximo e improrrogável de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da notificação feita pela Gerência de Engenharia e Manutenção da **CONTRATANTE**.

§ 4º A Garantia inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5% (cinco por cento) do valor vigente do Contrato (preços iniciais, mais reajustamento, se houver).

§ 5º A utilização da garantia pela **CONTRATANTE**, será efetuada através de simples notificação à **CONTRATADA**, resguardado o direito de ampla defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constituem obrigações das partes, sem prejuízo das disposições previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações:

##### § 1º OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I – Cumprir fielmente o presente **CONTRATO**, na forma e no prazo ajustado, fornecendo equipamentos, instalações, ferramentas, materiais e mão-de-obra necessários à instalação e manutenção do canteiro de obras;

II – Observar, na execução da obra e dos serviços, os regulamentos, as posturas edilícias, as leis, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, bem como as normas da associação brasileira de Normas Técnicas/ABNT;

III – Providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, a Anotações de Responsabilidade Técnica/ART, e a "Carta de Habite-se", quando for o caso, além de providenciar, antes do início das obras e serviços, as licenças relativas à atividade da **CONTRATADA** junto aos órgãos e entidades federais, estaduais e municipais competentes; bem como providenciar o fornecimento de placas com as dimensões e demais exigências dos órgãos competentes e do **CONTRATANTE**;

IV – Acatar as exigências dos Poderes Públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;

V – Instalar escritórios adequados para a fiscalização das obras, cuja planta será previamente aprovada pela fiscalização do **CONTRATANTE**;

VI – Executar ensaios, verificações e teste de materiais e de equipamentos ou de serviços executados, bem como acompanhamento tecnológico da obra, quando exigidos pela fiscalização;

VII – Remover as instalações provisórias da obra, ao seu término, reurbanizando a área afetada pela obra/serviços;

VIII – Dar integral cumprimento ao(s) Projetos(s), Cronograma Físico-Financeiro, bem como à sua proposta e ao Edital que originou o presente, os quais passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição;

IX – Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como salários dos profissionais envolvidos na execução do objeto contratual, assumindo que sua inadimplência não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do **CONTRATO**;

X – Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou com identificação mediante crachás e equipamentos com os Equipamentos de proteção individual (EPIs), de acordo com a função e os riscos potenciais das atividades executadas pelos mesmos, assim como providenciar todos equipamentos e Proteção Coletiva (EPCs) demandadas pela Obra/Serviços, de acordo com as normas de segurança;

XI – Responsabilizar-se;

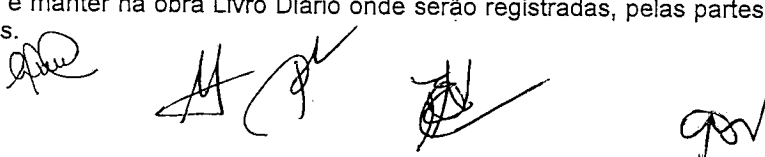
- a) Por quaisquer perdas e danos causados por seus empregados, dentro da área e das dependências dos locais onde serão executados os serviços;
- b) Por quaisquer acidentes na execução das obras e dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações da obra, inclusive aqueles que, na hipótese de mora da **CONTRATADA**, decorram de caso fortuito ou força maior, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo da Obra” e a integral Liquidação de indenização acaso devida a terceiros.
- c) Pela estabilidade da obra e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra;
- d) Pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução das obras e dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devem ser refeitos;
- e) Pela entrega da obra com as instalações definitivas de luz, força, água, esgoto, telefone e contra incêndio, devidamente testadas e aprovadas, em perfeitas condições de uso e funcionamento, e, quando for o caso, ligadas às redes públicas, com aprovação das concessionárias locais, se necessário;
- f) Pela correção dos defeitos notificados pela fiscalização da **CONTRATANTE**, quando a **CONTRATADA** terá 20 (vinte) dias úteis para as respectivas correções, quando outro prazo não for assinalado;

XII – Fornecer, na entrega da obra, todos os projetos e desenhos (desenhos e projetos de “como construído”), atualizados com todas as alterações porventura efetuadas durante a execução da obra;

XIII – Refazer sob a sua exclusiva e integral responsabilidade, sem ônus para a **CONTRATANTE** e sem importar em alteração do prazo contratual, as parcelas dos serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em razão de materiais empregados ou processos inadequados ou caso não atendam às especificações, de acordo com a associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT;

XIV – Substituir o material incorporado às obras, sem ônus para o **CONTRATANTE**, caso não estejam de acordo com os padrões de qualidade previstos no **CONTRATO** e em seus anexos.

XV – Providenciar e manter na obra Livro Diário onde serão registradas, pelas partes, todas as ocorrências julgadas relevantes.



- a) O Livro Diário deverá conter Termo de Abertura assinado por ambas as partes e páginas numeradas, sendo que cada página deverá ser composta de três vias de mesma numeração, sendo duas destacáveis e uma fixa.

**XVI** – Manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório, ressaltadas as condições de habilitação jurídica relativas à regularidade fiscal exigidas no art. 29 da Lei nº 8.666/93, atualizada, apresentando seus comprovantes de regularidade sempre que exigidos pelo **CONTRATANTE**;

**XVII** – Indicar representante aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la na execução do **CONTRATO**;

**XVIII** – Garantir a presença permanente de responsável técnico no local de execução da obra/prestação dos serviços;

**XIX** – Responder durante **05 (cinco) anos**, pela solidez e segurança do trabalho, após a assinatura de termo de Recebimento Definitivo da Obra, salvo na hipótese de vício oculto;

**XX** – Afixar no local da obra, além da placa de acordo com as normas do CREA, também uma placa da **PREFEITURA DO RECIFE**, obedecendo ao desenho fornecido pelo **CONTRATANTE**; ambas as placas devem ser providenciadas às custas da **CONTRATADA**;

**XXI** – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE** ou de seu preposto, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, inclusive de terceiros;

**XXII** – Afastar do local dos trabalhos e substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado ou contratado, cuja atuação prejudique o desempenho dos serviços ou cujo comportamento seja considerado inconveniente pela Fiscalização.

**XXIII** – Retirar do canteiro de obras todo e qualquer material ou equipamento que for rejeitado pela Fiscalização.

**XXIV** – Proceder, no final dos serviços, à limpeza de todas as áreas trabalhadas, devendo remover todo o material, equipamentos e outros pertences, incluindo sobras e lixo.

**XXV** – Providenciar, às suas expensas, a partir dos pontos indicados, as instalações e redes provisórias de energia elétrica, telefone, água potável e esgotos.

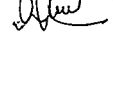
**XXVI** – Respeitar rigorosamente a Legislação Brasileira vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho, e aceitar, outrossim, as recomendações específicas que lhes sejam feitas pelo **CONTRATANTE**.

**XXVII** – Garantir que todos os profissionais de nível superior e médio indicados pela **CONTRATADA** participarão obrigatoriamente dos serviços objeto deste contrato. Eventual substituição dos mesmos, por profissionais de experiência equivalente ou superior, só poderá ser realizada mediante aceitação prévia da Fiscalização da Gerência de Engenharia e Manutenção do **CONTRATANTE**.

## § 2º OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I – Promover todos os meios necessários a facilitar à **CONTRATADA** a execução dos serviços ora acordados;

II – Tomar todas as providências para o fiel cumprimento das cláusulas deste Contrato;



- III – Indicar a equipe de responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização da execução do objeto do presente Contrato;
- IV – Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, objeto deste Contrato através da equipe técnica da Gerência de Engenharia e Manutenção;
- V – Elaborar os Boletins de Medição para que sejam efetuados os pagamentos devidos;
- VI – Efetuar os pagamentos na forma regulada pela **CLÁUSULA QUINTA** do presente instrumento;
- VII – Notificar a **CONTRATADA**, caso se verifique alguma irregularidade que diga respeito ao presente Contrato;
- VIII – Prestar quaisquer informações ou esclarecimentos necessários, quando solicitados pela **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA NONA – DA GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

O presente contrato será gerenciado pela Gerência de Engenharia e Manutenção do **CONTRATANTE**, que fará o seu acompanhamento administrativo, bem assim a fiscalização dos serviços, diretamente ou por delegação.

§ 1º Todos os serviços contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do **CONTRATANTE**, e será exercida a qualquer hora e em toda área abrangida pelos serviços, sendo todos os atos decisórios da **FISCALIZAÇÃO** tomados pela Gerência de Engenharia e Manutenção;

§ 2º A Fiscalização de que trata esta cláusula tem por objeto o acompanhamento dos serviços, através da fiel observância das especificações técnicas pertinentes, não incidindo o seu trabalho, em exclusão ou redução da responsabilidade da **CONTRATADA** nem corresponsabilidade da **CONTRATANTE** sobre qualquer irregularidade porventura, que se venha a evidenciar.

§ 3º No seu exercício, a Fiscalização terá acesso aos dados relativos à administração dos serviços e aos recursos técnicos empregados, não podendo a **CONTRATADA** negar ou dificultar as informações solicitadas pela **CONTRATANTE**, quando esta julgar necessárias conhecê-las ou analisá-las.

§ 4º Todas as instruções, reclamações e, em geral, quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a **CONTRATADA**, serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em considerações quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

§ 5º Das decisões da Gerência do Contrato, poderá a **CONTRATADA** apresentar recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Gerência de Engenharia e Manutenção, através da própria Gerência, que o encaminhará devidamente informado, podendo o Gerente atribuir efeito suspensivo, total ou parcial, até a sua solução.

§ 6º A Fiscalização da Gerência de Engenharia e Manutenção apresentará Relatório Mensal sobre o andamento dos serviços, com o registro das ocorrências de relevância, que possam prejudicar a qualidade dos serviços e os prazos dos cronogramas estabelecidos.

§ 7º A atuação da fiscalização do **CONTRATANTE** em nada restringe as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas.



### CLÁUSULA DÉCIMA – DA GERÊNCIA DO SERVIÇO

Deverá a **CONTRATADA**, por sua vez, credenciar junto à **CONTRATANTE**, o Gerente do Serviço, o qual servirá de mediador entre a mesma e a Fiscalização designada pela Gerência de Engenharia e Manutenção do GEGM.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial da prestação do serviço objeto do presente contrato, ou o atraso injustificado no cumprimento de obrigações assumidas contratualmente, a **CONTRATANTE** poderá, sem prejuízo no disposto nos artigos 86, 87 e 88 da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores, garantida a defesa prévia, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa nos seguintes termos:

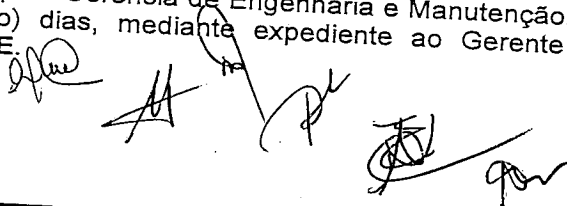
- a) multa de 10% pela recusa da **CONTRATADA** em executar o contrato, caracterizada em 10 dias após o vencimento do prazo estipulado, incidente sobre o valor do contrato;
- b) multa de 1% por dia de atraso em relação aos prazos fixados para execução das obras/serviços incidentes sobre o valor devido na data da liquidação da etapa a que se referir, até o percentual máximo de 10%;
- c) multa de 10% pela recusa da **CONTRATADA** em executar o serviço, caracterizada em 2 dias úteis após o vencimento do prazo estipulado, incidente sobre o valor do serviço;
- d) multa de 0,5% por dia de atraso pela demora da **CONTRATADA** em corrigir falhas do serviço executado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, incidente sobre o valor do bem ou do serviço;
- e) multa de 10% pela recusa da **CONTRATADA** em corrigir as falhas no serviço executado, entendendo-se como recusa o serviço não efetivado nos 2 dias que se seguirem à data da rejeição, incidente sobre o valor do serviço rejeitado.

III – Suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o **CONTRATANTE**, pelos prejuízos resultantes e após decorrido prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

§ 1º A multa aplicada será descontada da garantia de contrato, desde que o seu valor comporte pronto implemento extrajudicial. Em não sendo o caso, tais descontos incidirão diretamente nas eventuais faturas devidas à **CONTRATADA**, ou cobrada administrativa ou judicialmente, após a notificação.

§ 2º As multas serão aplicadas pela Gerência de Engenharia e Manutenção, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias, mediante expediente ao Gerente de Engenharia e Manutenção da **CONTRATANTE**.



§ 3º As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

§ 4º Além das penalidades citadas, a **CONTRATADA** ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento dos serviços se dará na forma dos artigos 73 e 74 da Lei Federal nº. 8.666/93.

§ 1º Os serviços serão recebidos e atestados pela Fiscalização da **CONTRATANTE**, ou Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes:

§ 2º **Provisoriamente**, pela Fiscalização da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do **CONTRATADO**.

§ 3º **Definitivamente**, por uma Comissão da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

§ 4º A aceitação final dos serviços dependerá da aprovação do Relatório Final pela Gerência de Engenharia e Manutenção da **CONTRATANTE**, de sua plena conformidade com o estipulado no Edital de Concorrência nº 001/2013 e nos demais documentos que o complementam e integram.

§ 5º -A aceitação final dos serviços não acarretará, de modo algum, a exoneração da contratada da responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes ou relacionados com a execução dos mesmos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, desde que haja interesse do **CONTRATANTE** e o motivo esteja devidamente justificado;

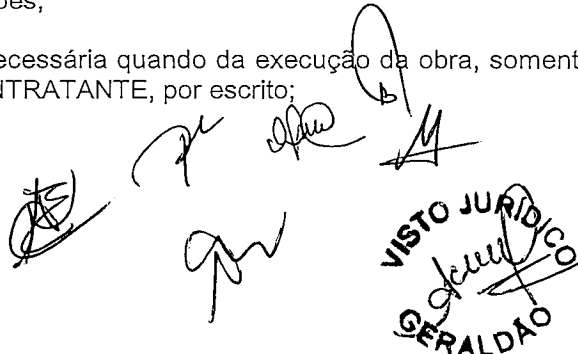
§ 1º O **CONTRATANTE** poderá alterar unilateralmente o Contrato nos seguintes casos:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando houver necessária modificação do valor contratual em decorrência do acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

§ 2º A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do Contrato, no limite de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

§ 3º Toda e qualquer modificação que se verifique necessária quando da execução da obra, somente será realizada após pronunciamento e autorização do **CONTRATANTE**, por escrito;





266'7

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

Constitui motivo para rescisão do presente Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Artigo 78, desde que cabíveis à presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas pelo Artigo 58, observados também os critérios contidos nos Artigos 77, 79 e 80, todos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROPRIEDADE AUTORAL

Os direitos autorais dos documentos relacionados com o presente contrato serão de privativa propriedade da **CONTRATANTE**, não sendo permitido o seu uso, além dos serviços contratados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ABSTENÇÃO DE DIREITO

A abstenção de qualquer das partes, no exercício de qualquer direito em virtude deste contrato ou da lei, expressará apenas mera tolerância, não importando em renúncia ao mesmo ou aceitação tácita de modificação dos termos contratuais, com relação a situações, fatos ou atos subseqüentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

§ 1º Os casos omissos serão resolvidos sempre em consonância com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

§ 2º Todas as Ordens de Serviço ou comunicações da fiscalização à **CONTRATADA**, ou vice-versa, serão transmitidas por escrito, em 02 (duas) vias devidamente numeradas, uma das quais ficará em poder do transmitente depois de visada pelo destinatário, e só assim produzirão seus efeitos;

§ 3º As modificações que acarretarem aumento ou diminuição de quantitativos e despesas serão medidas, pagas ou deduzidas, conforme o caso, com base nos preços unitários do Contrato, respeitados os limites legais.



2668

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

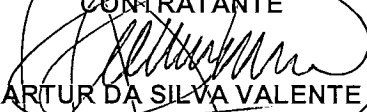
Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Recife, Capital do Estado de Pernambuco, como o único competente para dirimir qualquer divergência ou dúvida oriunda do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a ser.

E, por estarem assim justas e acordadas, lavram o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que após lido e achado conforme é firmado pelas partes e por 02 (duas) testemunhas, a tudo presentes, e que no final, também o subscrevem.

Recife, 18 de Junho de 2013.

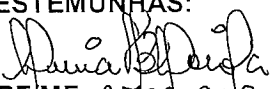
  
PAULO CABRAL DE OLIVEIRA  
DIRETOR PRESIDENTE  
CONTRATANTE


  
EDNEI NAZÁRIO DE ANDRADE  
GERENTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO  
CONTRATANTE

  
ARTUR DA SILVA VALENTE  
DIRETOR SUPERINTENDENTE  
CONTRATADA

  
CARLOS MANUEL TAVARES D'OLIVEIRA  
DIRETOR COMERCIAL  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1.   
CPF/MF nº: 706.909.014-53

2.   
CPF/MF nº: 059.287.894-36

VISTO JUR  
  
GERALDÃO